

**Cooperativa Central de
Crédito do Estado de São Paulo -
SICOOB SÃO PAULO**

**Relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações financeiras
30 de junho de 2013**



Relatório dos auditores independentes

Aos Administradores e Associados
Cooperativa Central de Crédito do Estado
de São Paulo – SICCOB SÃO PAULO

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - SICCOB SÃO PAULO ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2013 e as respectivas demonstrações das sobras, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Cooperativa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – SICCOB SÃO PAULO

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – SICCOB SÃO PAULO em 30 de junho de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota explicativa 14 (a) às demonstrações financeiras, referente às autuações recebidas pela Cooperativa em razão do não recolhimento de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL sobre o rendimento de aplicações financeiras que manteve em sociedades não cooperativas, nos períodos de 1999 a 2002. A administração da Cooperativa, com base na opinião favorável de seus assessores jurídicos, questiona a exigibilidade dos referidos autos de infração, por entender que toda a movimentação financeira da Cooperativa constitui ato cooperativo, não caracterizando base impositiva para tributação. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes que poderiam ser requeridos em um eventual desfecho favorável dessa questão. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

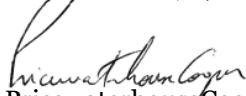
Outros assuntos

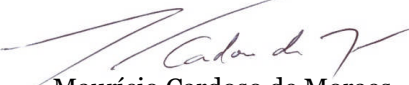
Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 30 de junho de 2012, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na Nota 3, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 6 de agosto de 2012, sem ressalvas.

Como parte de nosso exame das demonstrações financeiras de 2013, examinamos também os ajustes descritos na Nota 3 que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras de 2012, apresentadas para fins de comparação. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Cooperativa referentes ao exercício de 2012 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre as demonstrações financeiras de 2012 tomadas em conjunto.

Ribeirão Preto, 27 de agosto de 2013.


Ricardo Thomaz
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5


Maurício Cardoso de Moraes
Contador CRC 1PR035795/O-1 "T" SP

Índice

Balanço patrimonial	2
Demonstração das sobras	3
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	4
Demonstração dos fluxos de caixa	5
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	6
1 Contexto operacional	6
2 Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis	6
3 Caixa e equivalentes de caixa	9
4 Aplicações interfinanceiras de liquidez	10
5 Títulos e valores mobiliários	11
6 Operações de crédito	12
7 Outros créditos	13
8 Outros valores e bens	14
9 Investimentos	14
10 Imobilizado	15
11 Intangível	15
12 Depósitos a prazo	16
13 Relações interfinanceiras – Centralização financeira	17
14 Outras obrigações	17
15 Patrimônio líquido	18
16 Dispêndios administrativos	19
17 Outros ingressos operacionais	20
18 Partes relacionadas	20
19 Instrumentos financeiros	22
20 Gerenciamento de riscos	23
21 Gerenciamento de capital	24
22 Garantias prestadas	25
23 Cobertura de seguros	25

**Cooperativa Central de Crédito do estado de São Paulo –
Sicoob São Paulo**

Balço patrimonial em 30 de junho
Em milhares de reais

Ativo	Nota	2013	2012	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2013	2012
Circulante				Circulante			
Disponibilidades		25	59	Depósitos a prazo	12	2.324.836	2.049.254
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	2.486.231	2.008.944	Relações interfinanceiras	13	216.339	181.740
Títulos e valores mobiliários	5	93.159	284.381	Obrigações sociais e estatutárias	14	4.328	3.516
Operações de crédito	6	5	107	Obrigações fiscais e previdenciárias	14	69	63
Outros créditos	7	157	76	Outras obrigações	14	456	309
Outros valores e bens	8	18	627			<u>2.546.028</u>	<u>2.234.882</u>
		<u>2.579.595</u>	<u>2.294.194</u>				
Realizável a longo prazo				Exigível a longo prazo			
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	302.100	477.844	Depósitos a prazo	12	302.049	477.198
Títulos e valores mobiliários	5	45.148	18.885	Obrigações sociais e estatutárias	14	1.860	1.785
Outros créditos	7	1.297	1.290	Obrigações fiscais e previdenciárias	14	10.659	10.468
						<u>314.568</u>	<u>489.451</u>
Permanente				Patrimônio líquido	15		
Investimentos	9	63.848	47.722	Capital social		108.972	98.102
Imobilizado de uso	10	175	210	Reserva legal		6.876	5.028
Intangível	11	24	28	Reserva de contingência		8.449	6.131
		<u>412.592</u>	<u>545.979</u>	Sobras acumuladas		7.294	6.579
						<u>131.591</u>	<u>115.840</u>
Total do ativo		<u>2.992.187</u>	<u>2.840.173</u>	Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>2.992.187</u>	<u>2.840.173</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Cooperativa Central de Crédito do estado de São Paulo –
Sicoob São Paulo**

Demonstração das sobras
Semestres findos em 30 de junho
Em milhares de reais

	<u>Nota</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Ingressos de intermediação financeira			
Operações de crédito		16	7
Aplicações interfinanceiras de liquidez		92.617	107.939
Títulos e valores mobiliários		7.217	16.584
		<u>99.850</u>	<u>124.530</u>
Dispêndios de intermediação financeira			
Operações de captação no mercado		(95.294)	(118.981)
Reversão de provisão para operações de crédito	6.4	3	4
		<u>(95.291)</u>	<u>(118.977)</u>
Resultado bruto de intermediação financeira		<u>4.559</u>	<u>5.553</u>
Outros ingressos (dispêndios) operacionais			
Dispêndios com pessoal		(1.299)	(1.127)
Dispêndios administrativos	16	(2.706)	(3.086)
Dispêndios de depreciação e amortização		(31)	(34)
Resultado de participação societária	9(a)	2.785	2.271
Outros ingressos operacionais	17	4.007	3.038
Outros dispêndios operacionais		(21)	(36)
		<u>2.735</u>	<u>1.026</u>
Sobras do semestre		<u><u>7.294</u></u>	<u><u>6.579</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Cooperativa Central de Crédito do estado de São Paulo –
Sicoob São Paulo**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Em milhares de reais

	<u>Nota</u>	<u>Capital social</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Reserva contingência</u>	<u>Sobras acumuladas</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2011		89.790	4.035	6.131	5.698	105.654
Deliberações da assembleia geral ordinária						
Distribuição das sobras	15				(5.698)	(5.698)
Deliberações da assembleia geral extraordinária						
Transferência do fundo de aporte			993			993
Integralização de capital		8.312				8.312
Sobras do semestre					6.579	6.579
		<u>89.790</u>	<u>4.035</u>	<u>6.131</u>	<u>5.698</u>	<u>105.654</u>
Em 30 de junho de 2012		<u>98.102</u>	<u>5.028</u>	<u>6.131</u>	<u>6.579</u>	<u>115.840</u>
Em 31 de dezembro de 2012		99.444	6.876	8.449	6.954	121.723
Deliberações da assembleia geral ordinária						
Distribuição das sobras	15				(6.954)	(6.954)
Integralização de capital		9.528				9.528
Sobras do semestre					7.294	7.294
		<u>99.444</u>	<u>6.876</u>	<u>8.449</u>	<u>6.954</u>	<u>121.723</u>
Em 30 de junho de 2013		<u>108.972</u>	<u>6.876</u>	<u>8.449</u>	<u>7.294</u>	<u>131.591</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Cooperativa Central de Crédito do estado de São Paulo –
Sicoob São Paulo**

Demonstração dos fluxos de caixa
Semestres findos em 30 de junho
Em milhares de reais

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
		Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Sobras do semestre	7.294	6.579
Ajustes		
Reversão de provisão para operações de crédito	(3)	(4)
Depreciação e amortização	31	34
Resultado de participação em controlada	(2.785)	(2.271)
	<u>4.537</u>	<u>4.338</u>
Sobras dos semestres ajustadas		
Variações nos ativos e passivos		
Aumento em aplicações interfinanceiras de liquidez	(146.831)	(161.204)
Redução em títulos e valores mobiliários	252.106	100.275
Redução de operações de crédito	34	47
Aumento em outros ativos	(143)	
(Redução) aumento de depósitos	(67.778)	90.928
Aumento (redução) de outras obrigações	(447)	(784)
	<u>41.478</u>	<u>33.600</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de investimentos	(10.610)	(6.181)
Dividendos recebidos		3.747
Aquisição de imobilizado de uso	(15)	(7)
	<u>(10.625)</u>	<u>(2.441)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital social	9.528	8.312
Distribuição de sobras	(6.954)	(5.698)
Transferência do fundo de aporte para reserva legal		993
	<u>2.574</u>	<u>3.607</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa		
	<u>33.427</u>	<u>34.766</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre		
	1.395.251	695.253
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre		
	<u><u>1.428.678</u></u>	<u><u>730.019</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa Central de Crédito do estado de São Paulo – Sicoob São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2013 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

1 Contexto operacional

A Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – SICOOB SÃO PAULO é uma sociedade cooperativa que tem por objetivo a organização em comum, e em maior escala, dos serviços econômicos e assistenciais de interesse de suas associadas, integrando e orientando suas atividades, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para a consecução dos seus objetivos.

Sediada em Ribeirão Preto – SP, sua área de atuação abrange todo o Estado de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraná e Rio de Janeiro e ao território de suas filiadas.

Tem sua constituição e o funcionamento regulamentado pela Resolução n^o 3.859/10 do Conselho Monetário Nacional.

Está integrada à Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. – SICOOB CONFEDERAÇÃO e é uma das acionistas majoritárias do Banco Cooperativo do Brasil S/A – BANCOOB, tendo controle compartilhado sobre o mesmo (Nota 18.1).

A Resolução CMN n^o 4.151, de 30 de outubro de 2012 requer a apresentação de demonstrações financeiras combinadas para as cooperativas centrais de crédito a partir de junho de 2013. No entanto, o Banco Central do Brasil possui a responsabilidade de disciplinar os procedimentos a serem observados na elaboração de tais demonstrações, remessa e divulgação dos documentos da referida Resolução. Até o presente momento, não houve a orientação do Banco Central do Brasil em relação as demonstrações financeiras combinadas e, por isso, as demonstrações financeiras da cooperativa central de crédito não está apresentada consoante à Resolução.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

2.1 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades cooperativas, a Lei do cooperativismo n^o 5.764/71 e normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN e Conselho Monetário Nacional – CMN, apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, tendo sido aprovadas pela administração em 27 de agosto de 2013.

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, provisão para perdas nas operações de crédito, provisão para contingências e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

2.2 Descrição das principais práticas contábeis adotadas

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

Cooperativa Central de Crédito do estado de São Paulo – Sicoob São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2013 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

2.2.1 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários livres, aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários livres, de curto prazo e alta liquidez, com prazo inferior a 90 dias de vencimento. As aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários são avaliadas pelo custo ou valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço (Nota 3). A demonstração de fluxo de caixa de 2012 foi ajustada e está sendo reapresentada para cumprimento dos requerimentos do pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (Nota 3).

2.2.2 Aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários

Registrados pelo valor de aplicação, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisões para perdas ou ajustes a valor de realização.

A Circular BACEN nº 3.068, que trata da classificação dos títulos e valores mobiliários com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, não se aplica às cooperativas de crédito.

2.2.3 Operações de Crédito

As operações de crédito com cláusula de atualização monetária pós-fixada estão registradas pelo valor atualizado "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados. A apropriação dos juros é interrompida após vencidas há mais de 60 dias.

A provisão para perdas com operações de crédito é constituída em montante julgado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica, contemplando todos os aspectos determinados na Resolução CMN nº 2.682/1999 e nº 2.697/2000, que determina a classificação das operações por nível de risco.

2.2.4 Investimentos

Controladas em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Cooperativa tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em controladas em conjunto são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

A participação da Cooperativa nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e controladas em conjunto é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da Cooperativa. Quando a participação da Cooperativa nas perdas de uma controlada em conjunto for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Cooperativa não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome controlada em conjunto.

Os demais investimentos são avaliados pelo custo de aquisição.

Cooperativa Central de Crédito do estado de São Paulo – Sicoob São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2013 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

2.2.5 Imobilizado de uso

Instalações, móveis e equipamentos de uso, veículos e sistemas de comunicação, de processamento de dados e segurança, são demonstrados pelo custo de aquisição.

A depreciação é calculada pelo método linear para baixar o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas na Nota 10.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são registrados em Receitas não operacionais, líquidas.

2.2.6 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. A amortização é calculada pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada.

2.2.7 Redução ao valor recuperável de ativos

Os investimentos, o imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não pode ser recuperável.

2.2.8 Depósitos a prazo e centralização financeira

Os depósitos a prazo e a centralização financeira são reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os depósitos a prazo pós-fixados e a centralização financeira são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"). Os depósitos pré-fixados são registrados pelo valor futuro, retificado pela conta de dispêndios a apropriar.

2.2.9 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são os seguintes: os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração da Cooperativa possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

Os passivos contingentes decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações trabalhistas e tributárias. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança, além da natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade no posicionamento de tribunais, entre outras análises da Administração. As contingências são classificadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma mais adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

Cooperativa Central de Crédito do estado de São Paulo – Sicoob São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si e, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Quando não há possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a Cooperativa, os mesmos são apresentados como dedução do valor do passivo correspondente.

2.2.10 Demais ativos e passivos circulante e não circulante

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.2.11 Apuração das sobras

Os ingressos e dispêndios são reconhecidos na demonstração de sobras de acordo com o regime de competência.

2.2.12 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos, de acordo com as alíquotas vigentes para o imposto de renda - 15%, acrescida de adicional de 10%, e para a contribuição social - 15%. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados é isento de tributação. A Cooperativa não teve operações consideradas como atos não-cooperativos nos semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012.

2.2.13 Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
		Reapresentado
Disponibilidades	25	59
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 4)	1.342.216	690.204
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	86.437	39.756
	<u>1.428.678</u>	<u>730.019</u>

Cooperativa Central de Crédito do estado de São Paulo – Sicoob São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Adicionalmente às disponibilidades, as aplicações interfinanceiras de liquidez e os títulos e valores mobiliários são classificados como caixa e equivalentes de caixa, para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa, quando atendidas as determinações da Resolução CMN nº 3.604 (Nota 2.2.1).

De acordo com a Resolução CMN nº 3.604, a qual aprova a aplicação do pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, o saldo de caixa e equivalentes de caixa do semestre findo em junho de 2012 foi ajustado e está sendo reapresentado.

4 Aplicações interfinanceiras de liquidez

Modalidade	2013	2012
Letras Financeiras do Tesouro – LFT – Compromissada BANCOOB	241.674	255.407
CDI – Pós-fixada	2.546.589	2.223.466
CDI – Pré-fixada		7.354
CDI – Vinculada a prestação de garantias	68	587
(-) Rendas a Apropriar		(26)
	<u>2.788.331</u>	<u>2.486.788</u>
Ativo circulante	<u>(2.486.231)</u>	<u>(2.008.944)</u>
Realizável a longo prazo	<u>302.100</u>	<u>477.844</u>

As aplicações interfinanceiras de liquidez referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificado de Depósito Interbancário – CDI e em Letras Financeiras do Tesouro Nacional, efetuadas no BANCOOB (Nota 18.1), com remuneração de, aproximadamente, 100% do CDI.

Em 30 de junho de 2013, as aplicações interfinanceiras de liquidez classificadas como Realizável a longo prazo têm sua realização prevista a partir do segundo semestre de 2014 (2012 - a partir do segundo semestre de 2013), como segue:

	2013	2012
2013		396.057
2014	279.668	72.352
2015	12.092	8.196
2016	2.835	1.239
2017	7.505	
	<u>302.100</u>	<u>477.844</u>

Cooperativa Central de Crédito do estado de São Paulo – Sicoob São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 30 de junho de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Títulos e valores mobiliários

Modalidade	2013	2012
Letras Financeiras do Tesouro – LFT (a)	31.583	244.625
Certificados Tesouro Nacional – ECTN (b)	18.429	15.482
RDB-IHCD-POS CDI	1.858	3.403
Fundo Centralização Financeira (c)	85.300	38.707
Fundo Renda Fixa	1.137	1.049
	138.307	303.266
Ativo circulante	(93.159)	(284.381)
Realizável a longo prazo	45.148	18.885

Os títulos de renda fixa referem-se, substancialmente, a:

(a) Letras Financeiras do Tesouro

Referem-se a títulos do Tesouro Nacional atualizados pela taxa Selic, considerando o valor, prazo e época da aplicação, cuja remuneração é de, aproximadamente, 102% do CDI.

(b) Certificado do Tesouro Nacional

Referem-se a títulos do Tesouro Nacional relativos às renegociações de operações de créditos assumidas de Cooperativas associadas, com valor de face equivalente ao valor da dívida, atualizados a taxa de 12% ao ano mais IGP-M, devidamente registrados na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP, cujos vencimentos serão em 2020.

(c) Fundo Centralização Financeira

Referem-se a aplicações no BANCOOB originadas de excedentes de caixa da conta movimento da SICOOB SÃO PAULO e remuneradas por, aproximadamente, 95% do CDI.

Os demais títulos e valores mobiliários possuem remuneração de, aproximadamente, 98% do CDI.

Cooperativa Central de Crédito do estado de São Paulo – Sicoob São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 30 de junho de 2013, os títulos e valores mobiliários classificados como Realizável a longo prazo têm sua realização prevista a partir do segundo semestre de 2014 (2012 - a partir do segundo semestre de 2013), como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
2013		3.403
2014	22.622	
2015	4.097	
2020	18.429	15.482
	<u>45.148</u>	<u>18.885</u>

6 Operações de crédito

6.1 Composição da carteira por modalidade

Modalidade	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Empréstimos	6	115
(-) Provisão para operações de crédito	(1)	(8)
	<u>5</u>	<u>107</u>

6.2 Composição da carteira por nível de risco

<u>Nível de risco</u>	<u>Provisão</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
		<u>A vencer</u>	<u>A vencer</u>
C	3%		43
D	10%	6	72
		6	115
Provisão para perdas com operações de crédito		(1)	(8)
		<u>5</u>	<u>107</u>

Cooperativa Central de Crédito do estado de São Paulo – Sicoob São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6.3 Concentração da carteira de operações de crédito

	2013		2012	
	Valor	% do total	Valor	% do total
Maior devedor	6	100	72	63
Dois maiores devedores	6	100	115	100

O limite de exposição por associado estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional, no artigo 36 da Resolução nº 3.859/10, é de 20% do PR (patrimônio de referência) da Cooperativa Central. O maior devedor não excede o limite do patrimônio de referência.

6.4 Movimentação da provisão para operações de crédito

	2013	2012
Saldo inicial do semestre	(4)	(12)
Reversão da provisão	3	4
Saldo final do semestre	<u>(1)</u>	<u>(8)</u>

7 Outros créditos

Modalidade	2013	2012
Adiantamentos a funcionários	61	47
Depósitos judiciais	1.297	1.290
Devedores diversos	96	29
	<u>1.454</u>	<u>1.366</u>
Ativo circulante	<u>(157)</u>	<u>(76)</u>
Realizável a longo prazo	<u>1.297</u>	<u>1.290</u>

Cooperativa Central de Crédito do estado de São Paulo – Sicoob São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 30 de junho de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Outros valores e bens

<u>Modalidade</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Despesas antecipadas	18	16
Bens não de uso próprio – Imóvel		611
	<u>18</u>	<u>627</u>

9 Investimentos

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Banco Cooperativo do Brasil S/A – BANCOOB (a)	54.112	43.101
Confederação Nacional das Cooperativas Sicoob Ltda.	9.720	4.605
Confedbrás	1	1
Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa	15	15
	<u>63.848</u>	<u>47.722</u>

No semestre findo em 30 de junho de 2013, a Cooperativa efetuou aporte de capital e integralização de sobras distribuídas no montante de R\$ 2.059 e R\$ 3.056, respectivamente, na Confederação Nacional das Cooperativas Sicoob Ltda. (2012 - R\$ 566 e R\$ 1.957, respectivamente).

(a) Banco Cooperativo do Brasil S/A – BANCOOB (Nota 18.1)

<u>Modalidade</u>	<u>Quantidade de ações</u>	<u>Valor</u>
Saldo em 1 de janeiro de 2012	21.766	40.920
Aquisições de ações	2.120	3.657
Resultado de equivalência patrimonial		2.271
Dividendos recebidos		(3.747)
Saldo em 30 de junho de 2012	<u>23.886</u>	<u>43.101</u>
Saldo em 1 de janeiro de 2013	23.886	45.831
Aquisições de ações	2.897	5.496
Resultado de equivalência patrimonial		2.785
Saldo em 30 de junho de 2013	<u>26.783</u>	<u>54.112</u>

**Cooperativa Central de Crédito do estado de São Paulo –
Sicoob São Paulo**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 30 de junho de 2013**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Imobilizado

Modalidade	2013		2012		Taxas anuais de depreciação
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	
Instalações	5	(2)	3	3	10%
Móveis e equipamentos de uso	188	(130)	58	57	10%
Sistema de comunicação	22	(11)	11	10	10%
Sistema de processamento de dados	412	(379)	33	46	20%
Sistema de segurança	7	(4)	3	4	10%
Veículos	118	(51)	67	90	20%
	<u>752</u>	<u>(577)</u>	<u>175</u>	<u>210</u>	

11 Intangível

Modalidade	2013		2012		Taxas anuais de amortização
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	
Licença de uso de sistema computacional	<u>40</u>	<u>(16)</u>	<u>24</u>	<u>28</u>	10%

Cooperativa Central de Crédito do estado de São Paulo – Sicoob São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Depósitos a prazo

12.1 Composição por prazo de vencimento

Vencimento em dias	2013	2012
Até 30	1.685.563	1.401.825
31 a 60	68.107	35.680
61 a 90	100.861	31.463
91 a 180	227.421	320.451
181 a 360	242.884	259.860
Acima 360	302.049	477.198
	2.626.885	2.526.477
(-) Dispêndios a apropriar		(25)
	2.626.885	2.526.452
Passivo circulante	2.324.836	2.049.254
Exigível a longo prazo	302.049	477.198
	2.626.885	2.526.452

Os depósitos a prazo são remunerados por encargos financeiros calculados com base em um percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários.

Estão garantidos, até o limite de R\$ 70.000,00 por CPF ou CNPJ, pelo Fundo Garantidor do SICOOB (FGS), que é uma reserva financeira constituída pelas cooperativas de crédito filiadas ao SICOOB Confederação, regida por regulamento próprio.

12.2 Concentração de depósitos a prazo

	2013		2012	
	Valor	% do total	Valor	% do total
Maior depositante	1.017.736	39	1.043.673	41
Dois maiores depositantes	1.549.839	59	1.555.329	62
Dez maiores depositantes	2.538.856	97	2.449.986	97

Cooperativa Central de Crédito do estado de São Paulo – Sicoob São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Relações interfinanceiras – Centralização financeira

<u>Modalidade</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Centralização financeira de cooperativas	<u>216.339</u>	<u>181.740</u>

A circular nº 3.238, de 17 de maio de 2004, emitida pelo Banco Central do Brasil, criou, no plano contábil das instituições financeiras – COSIF, desdobramentos de subgrupos e títulos contábeis a serem utilizados pelas cooperativas na contabilização dos valores oriundos do ato cooperativo denominado centralização financeira, cuja premissa é de registrar a transferência das sobras de caixa das cooperativas singulares para a central.

14 Outras obrigações

<u>Modalidade</u>	<u>2013</u>		<u>2012</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Sociais e Estatutárias				
Fundo de Assistência Técnica, Educativa e Social (Nota 15.2)	3.973		3.516	
Cotas de capital a pagar	<u>355</u>	<u>1.860</u>		<u>1.785</u>
	<u>4.328</u>	<u>1.860</u>	<u>3.516</u>	<u>1.785</u>
Fiscais e Previdenciárias				
Provisões tributárias (a)		10.358		10.167
Provisões trabalhistas e cíveis (b)		301		301
Impostos e contribuições a recolher	<u>69</u>		<u>63</u>	
	<u>69</u>	<u>10.659</u>	<u>63</u>	<u>10.468</u>
Diversas				
Provisão de férias, 13º salário e encargos	275		242	
Outras	<u>181</u>		<u>67</u>	
	<u>456</u>		<u>309</u>	
	<u>4.853</u>	<u>12.519</u>	<u>3.888</u>	<u>12.253</u>

Cooperativa Central de Crédito do estado de São Paulo – Sicoob São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Ações tributárias

A Cooperativa está discutindo na esfera administrativa, autuações da Secretaria da Receita Federal referentes à incidência do Programa de Integração Social - PIS, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL, sobre os rendimentos financeiros obtidos das aplicações financeiras, e também quanto à majoração da alíquota da COFINS, para as quais possui parcialmente depósitos judiciais de R\$ 1.275 em 30 de junho de 2013 (2012 – R\$1.275). O período de apuração das autuações é de janeiro de 1999 a dezembro de 2002.

Os assessores jurídicos da Cooperativa, com base no mérito e nas provas, entendem que toda movimentação financeira da cooperativa de crédito constituiu ato cooperativo, de modo que não há base de incidência dos tributos: PIS, COFINS, IRPJ e CSLL. Cabe observar que há decisões judiciais favoráveis a outras cooperativas de crédito, em processos similares, em relação a COFINS e ao PIS, assim como, decisões favoráveis, no Conselho de Contribuintes, quanto a não incidência do IRPJ e CSLL em sociedades cooperativas.

Embora o cenário jurídico seja favorável à Cooperativa, os entendimentos jurídicos e por parte da Receita Federal do Brasil, ainda não foram pacificados. Portanto, em 30 de junho de 2013, a administração da Cooperativa optou em manter provisão para contingências dos valores atualizados dos autos de infração de R\$ 10.358 (2012 – R\$ 10.167), julgadas suficientes para cobrir eventuais perdas das ações em trâmite.

(b) Ações trabalhistas e cíveis

A Cooperativa está discutindo na justiça uma ação de natureza trabalhista e cível, e que na opinião de seus assessores legais, a probabilidade de perda destas demandas é provável. Desta forma, em 30 de junho de 2013, a administração optou pela constituição de provisão para contingências no montante de R\$301 (2012 – R\$301). Em 30 de junho de 2013, a Cooperativa mantém depósitos judiciais parciais em relação a esses processos judiciais, no montante de R\$ 22 (2012 – R\$ 15).

15 Patrimônio líquido

15.1 Capital social

O capital social é representado por cotas no valor nominal de R\$ 1,00 cada. Em 30 de junho de 2013, o capital social era de R\$ 108.972 (2012 – R\$ 98.102). Cada cooperativa singular associada tem direito a um voto, independente do número de suas cotas na Cooperativa, exceto aquelas impedidas por desacordo estatutário.

Em 30 de junho de 2013, a Cooperativa contava com 15 associadas (2012 – 18 associadas).

Cooperativa Central de Crédito do estado de São Paulo – Sicoob São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15.2 Destinações estatutárias e legais

De acordo com o artigo nº 32 do estatuto social da Cooperativa e com a Lei nº 5.764/71, quando do encerramento do exercício social em 31 de dezembro de cada ano, a sobra líquida terá a seguinte destinação:

- Reserva Legal: constituída em montante equivalente a 15% das sobras do exercício.
- Reserva de Contingência: constituída em montante equivalente a 20% das sobras do exercício. O Fundo de Contingência ou Liquidez é indivisível entre as cooperativas singulares filiadas e é destinado para cobertura de perdas decorrentes das atividades operacionais e não operacionais não previstas no orçamento anual.
- Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES: constituído em montante equivalente a 5% das sobras do exercício. É destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da Cooperativa.

Além dessas destinações, a Lei nº 5.764/71 prevê (i) que os resultados positivos das operações com não-cooperados serão destinados à Reserva (fundo) de assistência técnica, educacional e social - RATES; (ii) que a perda apurada no exercício será coberta com recursos provenientes da Reserva legal e, se insuficiente esta, mediante rateio, entre os cooperados; e (iii) que a Assembleia Geral poderá criar outras reservas (fundos), inclusive rotativos, com recursos destinados para fins específicos fixando o modo de formação, aplicação e liquidação.

15.3 Aprovação das destinações

As destinações estatutárias e legais e a destinação das sobras dos exercícios sociais de 2012 e de 2011 foram aprovadas nas Assembleias Gerais Ordinárias realizadas em 25 de abril de 2013 e 27 de abril de 2012, respectivamente.

16 Dispêndios administrativos

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Processamento de dados	1.483	1.942
Propaganda, publicidade, promoções, seguros	266	6
Serviços técnicos especializados	136	249
Despesas de provisões operacionais	94	125
Vigilância e segurança	85	78
Alugueis	61	58
Despesas de comunicações	44	53
Outras despesas administrativas	537	575
	<u>2.706</u>	<u>3.086</u>

Cooperativa Central de Crédito do estado de São Paulo – Sicoob São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 30 de junho de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 Outros ingressos operacionais

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Distribuição de sobras do SICOOB CONFEDERAÇÃO (Nota 9)	3.056	1.957
Rendas de repasses interfinanceiros	582	369
Repasse de dispêndios do SICOOB SÃO PAULO para as cooperativas singulares (Nota 18.3)	366	563
Recuperação de encargos e despesas	<u>3</u>	<u>149</u>
	<u>4.007</u>	<u>3.038</u>

18 Partes relacionadas

18.1 Banco Cooperativo do Brasil S.A. – BANCOOB

O BANCOOB é um banco comercial privado especializado no atendimento às cooperativas de crédito, cujo controle acionário pertence a entidades filiadas ao SICOOB CONFEDERAÇÃO.

Conforme acordo de acionistas majoritários e controladores do BANCOOB, celebrado em 6 de dezembro de 2011, o SICOOB SÃO PAULO, junto a outras 6 cooperativas centrais de crédito (detentoras de 73,87% das ações ordinárias do BANCOOB), controlam em conjunto o BANCOOB e se comprometem a votar em bloco, de forma uniforme e permanente, em todas as matérias de competência da Assembleia (Geral e Especial), eleger a maioria dos administradores e usar efetivamente seu poder de controle comum para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos do BANCOOB.

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
(i) Principais saldos		
Ativo		
Circulante		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	2.486.163	2.008.944
Títulos e valores mobiliários	85.300	38.707
Realizável a longo prazo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	302.100	477.844
Títulos e valores mobiliários	1.858	3.403
Investimentos (Nota 9)	54.112	43.101
(ii) Principais operações		
Resultado		
Ingressos		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	92.615	107.867
Títulos e valores mobiliários	1.700	2.321
Resultado de participação em controlada (Nota 9(a))	2.785	2.271

Cooperativa Central de Crédito do estado de São Paulo – Sicoob São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 30 de junho de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18.2 Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. – SICOOB CONFEDERAÇÃO

O SICOOB CONFEDERAÇÃO é uma cooperativa de terceiro grau, segundo a legislação cooperativista e, como instituição, possui personalidade jurídica própria.

Foi constituída pelas cooperativas centrais do Sistema - Centrais Sicoob e possui a finalidade de defender os interesses das cooperativas representadas, ofertar serviços, promover a padronização, supervisão e integração operacional, financeira, normativa e tecnológica.

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
(i) Principais saldos		
Ativo		
Não circulante		
Investimentos (Nota 9)	9.720	4.605
(ii) Principais operações		
Resultado		
Ingressos		
Outros ingressos operacionais (Nota 9)	3.056	1.957

18.3 Cooperativas singulares ou cooperativas de primeiro grau

O SICOOB SÃO PAULO possui transações com partes relacionadas, compreendendo as cooperativas singulares ou cooperativas de primeiro grau, cujo objeto social é o de proporcionar assistência financeira aos associados, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias das cooperativas de crédito. São 15 cooperativas singulares filiadas ao SICOOB SÃO PAULO.

As cooperativas de crédito singulares do SICOOB SÃO PAULO são instituições financeiras resultantes da união de pessoas integrantes de segmentos econômicos específicos, que buscam a melhor maneira de atendimento às suas necessidades financeiras e portanto, tornam-se ao mesmo tempo, usuários dos produtos e serviços da cooperativa e também seus donos.

Cooperativa Central de Crédito do estado de São Paulo – Sicoob São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
(i) Principais saldos		
Ativo		
Circulante		
Operações de crédito (Nota 6)	6	115
Passivo		
Circulante		
Depósitos a prazo (Nota 12)	2.324.836	2.049.254
Relações interfinanceiras (Nota 13)	216.339	181.740
Não circulante		
Depósitos a prazo (Nota 12)	302.049	477.198
(ii) Principais operações		
Resultado		
Ingressos		
Rateio de despesas da Central	366	563
Dispêndios		
Operações de captação no mercado		
Dispêndios com depósitos a prazo	88.575	109.981
Dispêndios de depósitos intercooperativos	6.719	9.000

18.4 Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os membros da Diretoria, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. A remuneração paga ou a pagar pelos serviços desses profissionais refere-se exclusivamente aos honorários da diretoria, as cédulas de presença dos conselheiros e aos correspondentes encargos trabalhistas que, no primeiro semestre de 2013, montaram a R\$ 149 (2012 - R\$127).

19 Instrumentos financeiros

A Cooperativa opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, operações de crédito, depósitos a prazo, empréstimos e repasses.

Nos semestres findos em 30 de junho de 2013 e de 2012, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

Cooperativa Central de Crédito do estado de São Paulo – Sicoob São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2013 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

20 Gerenciamento de riscos

20.1 Risco operacional

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O gerenciamento do risco operacional do SICOOB SP objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco operacional, por meio da adoção de boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN 3.380/2006.

Conforme preceitua o artigo 11 da Resolução CMN 3.721/2009, o SICOOB SÃO PAULO aderiu à estrutura única de gestão do risco operacional do SICOOB, centralizada na SICOOB CONFEDERAÇÃO, a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no site www.sicoob.com.br.

O processo de gerenciamento do risco operacional do SICOOB SÃO PAULO consiste na avaliação qualitativa dos riscos objetivando a melhoria contínua dos processos.

O uso da Lista de Verificação de Conformidade (LVC), tem por objetivo identificar situações de risco de não conformidade, que após identificadas são cadastradas no Sistema de Controles Internos e Riscos Operacionais (Scir).

As informações cadastradas no Sistema de Controles Internos e Riscos Operacionais (Scir) são mantidas em banco de dados fornecido pelo SICOOB CONFEDERAÇÃO.

A documentação que evidencia a efetividade, a tempestividade e a conformidade das ações para tratamento dos riscos operacionais, bem como as informações referentes às perdas associadas ao risco operacional são registradas e mantidas em cada entidade do SICOOB, sob a supervisão da respectiva entidade auditora (se cooperativa singular, da cooperativa central; se cooperativa central e Bancoob, do SICOOB CONFEDERAÇÃO).

Para as situações de risco identificadas são estabelecidos planos de ação, com a aprovação da Diretoria Executiva, que são registrados em sistema próprio para acompanhamento pelo Agente de Controles Internos e Riscos (ACIR).

20.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez do SICOOB SÃO PAULO objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN 3.464/2007.

Conforme preceitua o artigo 11 da Resolução CMN 3.721/2009, o SICOOB SÃO PAULO aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada no BANCOOB, a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado, de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência do modelo de mensuração de risco (backtesting).

Cooperativa Central de Crédito do estado de São Paulo – Sicoob São Paulo

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 30 de junho de 2013**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20.3 Risco de Crédito

O risco de crédito é a possibilidade da contraparte não honrar o compromisso contratado e, também, da degradação da qualidade do crédito.

O gerenciamento de risco de crédito do SICOOB SÃO PAULO objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o artigo 10 da Resolução CMN 3.721/2009, o SICOOB SÃO PAULO aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do SICOOB, centralizada no BANCOOB, a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no site www.sicoob.com.br.

Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o SICOOB, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

21 Gerenciamento de capital

A estrutura de gerenciamento de capital do SICOOB SÃO PAULO objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, o SICOOB SÃO PAULO aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do SICOOB, centralizada no SICOOB CONFEDERAÇÃO, a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no site www.sicoob.com.br.

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do SICOOB com objetivo de:

- (a)** Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do SICOOB estão sujeitas;
- (b)** Planejar metas e necessidades de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do SICOOB ; e
- (c)** Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Adicionalmente são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do SICOOB.

Cooperativa Central de Crédito do estado de São Paulo – Sicoob São Paulo

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 30 de junho de 2013**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22 Garantias prestadas

Em 30 de junho de 2013, a Cooperativa é avalista de suas associadas em transações junto ao BANCOOB, no montante de R\$ 148 (2012 - R\$ 858).

23 Cobertura de seguros

Em 30 de junho de 2013, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados à garantia de veículos de propriedade da Cooperativa e seguro empresarial para cobrir eventuais sinistros relacionados ao prédio no qual a cooperativa está instalada.